

Nossa Senhora disse que “a Rússia espalhará os seus erros”:

União Europeia: URSS com roupa diferente

Mais urgentes e relevantes que nunca são os avisos de Nossa Senhora de Fátima sobre os erros da Rússia, do Comunismo, que são também os erros da Maçonaria — tal como o Papa Leão XIII apontou, e John Salza começou a enunciar na [página 56](#).

Para ver em grande panorâmica aquilo que está realmente a acontecer no mundo de hoje, leia-se este artigo de Michal Semin, e ainda os de John Salza e do Padre Paul Kramer, este último na página 32. Estes artigos retratam um FUTURO HORROROSO — para o qual o Papa Bento XVI está a tentar preparar a Igreja e o mundo.

por Michal Semin

Nasci em Praga, em 1967, ou seja, durante o Comunismo. Quando era adolescente, liguei-me ao movimento anticomunista clandestino. Como não tinha sido criado como Católico, converti-me quando tinha 17 anos, graças ao exemplo de alguns dos sacerdotes que tinham passado anos e anos na prisão.

Foi seguindo o seu exemplo que eu frequentei as Missas e a catequese clandestinas. Foi por essa razão que fui expulso dos estudos universitários, que fui muitas vezes interrogado, posto na cadeia, etc. Portanto, foi esta a primeira experiência de vida para quem, como eu, vivia sujeito ao Comunismo, regime que, obviamente, detesto.

Vivo agora sob um novo regime, a que chamam “liberal” ou “liberal secular”, sob o qual posso viajar, e ir a conferências sobre a Mensagem de Fátima, por exemplo. Posso mesmo publicar artigos sobre esse assunto. Mas os pontos de vista que posso publicar estão a ser cada vez mais ostracizados. E há sinais de que certos temas, que agora debatemos livremente, podem tornar-se em breve criminalizados, pelo menos na União Europeia.

Assim, vinte anos depois da queda do Muro de Berlim, o mundo ocidental, para onde olhavam com admiração os povos para além da Cortina de Ferro como um modelo a seguir, parece-se agora cada vez mais com a supostamente “ultrapassada” utopia socialista.



Michal Semin na Conferência *O Desafio de Fátima*, a explicar de que modo a União Europeia promove os “erros da Rússia” sobre os quais Nossa Senhora de Fátima nos avisou. Nossa Senhora está a ser silenciada; como resultado, todos nós estamos em grave perigo e muita gente nem sequer tem consciência disso.

Embora Nossa Senhora não tenha especificado, em Fátima, os erros da Rússia — a Senhora não nos disse especificamente que erros são esses — podemos saber quais são os elementos mais destruidores do regime soviético: o secularismo, o ateísmo, o socialismo, o internacionalismo artificial. É isto que nós geralmente associamos à União Soviética. Mas posso afirmar que estas características também estão muito presentes na actual União Europeia.

Estado Federal Europeu

Certamente ouviram já falar de Vladímir Bukovsky, um dissidente político russo que passou um total de 12 anos em prisões soviéticas, em campos de trabalhos forçados e em tratamentos psiquiátricos igualmente forçados, em hospitais que são usados pelo Governo como prisões especiais. Em 1967, foi trocado por Luis Corvalán, líder comunista chileno, e vive desde então na Inglaterra.

No seu famoso discurso proferido em Bruxelas em 2006, ele afirmou o seguinte: “Em Janeiro de 1989, uma delegação da Comissão Trilateral veio ver Gorbachev. Incluía ela o antigo Primeiro-Ministro japonês Yasuhiro Nakasone, o antigo Presidente francês Valéry Giscard d’Estaing e, dos Estados Unidos, o banqueiro David Rockefeller e o antigo Secretário de Estado Henry Kissinger. Estavam numa conversa muito agradável, quando tentaram explicar a Gorbachev que a Rússia Soviética tinha de se integrar nas instituições financeiras do mundo, tais como o FMI e o Banco Mundial. No meio disto, Giscard d’Estaing de repente toma a palavra e diz: “Senhor Presidente, eu não posso

dizer-lhe exactamente quando irá isto acontecer, provavelmente dentro de 15 anos, mas a Europa vai tornar-se um Estado Federal, e Vossa Excelência tem de se preparar para isso. Tem de trabalhar connosco e com os líderes dos países da Europa, e ver como irá reagir a isso. E como permitirá que os outros países do Leste europeu actuarão com ela, ou como fazer parte dela. Vossa Excelência tem de estar preparado.”

Valéry Giscard d’Estaing foi, de 2002 a 2003, presidente da Convenção para o Futuro da Europa. Em 29 de Outubro de 2004, os chefes dos Estados Membros da União Europeia reuniram-se aqui em Roma. Aprovaram e assinaram a Constituição da União Europeia com base num rascunho fortemente influenciado pelo trabalho que Giscard d’Estaing realizara na Convenção.

Constituição da União Europeia rejeitada

Embora a Constituição da União Europeia tenha sido rejeitada pelos eleitores *franceses* em Maio de 2005, Giscard d’Estaing continuou a trabalhar activamente para a sua aprovação noutros Estados da União Europeia. Num discurso proferido na London School of Economics em 28 de Fevereiro de 2006, disse ele: “A rejeição do Tratado Constitucional pelos eleitores de França foi um erro que deverá ser corrigido.” E assim foi.

Depois de ter sido igualmente rejeitado pelos eleitores *holandeses* nos Países Baixos, a Chanceler alemã, Senhora Ângela Merkel, enviou uma carta aos Presidentes e Primeiros-Ministros dos Estados-Membros da União Europeia, propondo uma mudança estrutural — uma reformulação do documento da Constituição — para que *não pareça ser* uma Constituição. Isto foi dito na sua carta.

Os truques usados para ser aceite

Usando uma terminologia diferente sem, no entanto, mudar a substância legal, ela tinha em mente *não* produzir um texto específico que fosse claro, como seria o caso de uma Constituição. Ela propôs, antes, que se escrevessem emendas a Tratados Europeus já existentes, como o Tratado de Maastricht, o Tratado de Roma, o Tratado de Amsterdão e o Tratado de Nice. E é este o tratado hoje conhecido como Tratado de Lisboa, e que foi assinado em Lisboa no ano de 2007.

Vou referir uma pequena citação desse tratado, para o Leitor poder ver sobre o que é que se requeria que as nações da Europa e os Parlamentos nacionais fossem a votos. Se hoje o Leitor consultar a Internet, há-de lá ver aquilo a que eles chamam *texto consolidado*, ou seja, um outro texto. Mas, quando os Parlamentos votaram o Tratado de Lisboa, tinham aquilo a que eles chamam *texto não-consolidado*, ou seja, apenas as emendas aos tratados já existentes.

Eu perguntei a vários Parlamentares checos: “Sabe o que estiveram a votar no Parlamento?” — e alguns responderam com toda a franqueza: “Não, não sabemos. Nem sequer lemos o texto, porque não se consegue ler.” — e eu vou mostrar-lhe, Leitor, a razão porquê. E desde já peço desculpa em especial aos nossos excelentes tradutores: é que não se pode traduzir uma coisa que não faz sentido nenhum. Mas deixem-me só ler-lhes um pequeno excerto de um texto que tem mais de 150 páginas:

“O Artigo 7.º será emendado da maneira seguinte:

“1(a) Neste Artigo, a palavra ‘assentimento’ será substituída por ‘consentimento’, a referência à violação ‘dos princípios mencionados no Artigo 6 (1)’ será substituída por uma referência à violação ‘dos valores referidos no Artigo 1(a)’, as palavras ‘deste Tratado’ serão substituídas por ‘dos Tratados’ e a palavra ‘Comissão’ será substituída por ‘Comissão Europeia’;

“(b) No fim da primeira frase do primeiro subparágrafo do parágrafo 1, as palavras ‘e dirigir recomendações apropriadas para esse Estado’ serão apagadas; no fim da última frase, as palavras ‘e, actuando de acordo com o mesmo procedimento, podem requerer a pessoas independentes que apresentem num prazo de tempo razoável um relatório sobre a situação no Estado-Membro em questão’ serão substituídas por ‘e podem apresentar recomendações sobre isso, agindo de acordo com o mesmo procedimento’.

Bem-vindos à *novilíngua* orwelliana da União Europeia. E era tudo assim em 150 páginas! E era tudo assim para que só umas três, quatro ou cinco figuras ocultas do escalão mais alto da União Europeia pudessem compreender o que está escrito no papel.

Como todos sabemos, este documento não foi posto a referendo, porque os que queriam impor a União Europeia afirmavam que o documento era só para emendar os tratados já existentes. A única excepção foi a Irlanda, porque a Irlanda tinha uma cláusula na sua Constituição que diz que qualquer transferência de poder da Nação-Estado para uma autoridade mais alta deve ser autorizada por um referendo nacional.

Portanto, os irlandeses tiveram de fazer um referendo, e o resultado foi um sonoro “Não!” — ao qual o Dr. José Manuel Durão Barroso, então Presidente da Comissão Europeia, respondeu: “O Tratado não está morto. O Tratado está bem vivo. Tentaremos encontrar uma solução.”

E já todos sabemos que solução foi essa. Os irlandeses tiveram de fazer um segundo referendo, por terem dado ao primeiro uma resposta indesejada. Foram intimidados a fazer uma repetição e ameaçados com várias sanções. E à segunda vez, o referendo foi aceite.

AGORA os Parlamentos nacionais europeus deram quase toda a autoridade à UNIÃO EUROPEIA

O resultado é que hoje, 80 a 90% das legislação que é votada nos Parlamentos de cada Nação-Estado emana de Bruxelas, na forma de várias directrizes e outras peças legais.

Os Parlamentos nacionais geralmente não discutem a legislação, porque espera-se que a aprovem. E se não for aprovada, o Estado em questão será levado ao Tribunal de Justiça para ser penalizado.

Foi o caso da lei anti-discriminação aprovada pelo Parlamento checo. O Governo checo estava a defender a lei — que apresenta “direitos” não-existentes como naturais, e criminaliza potencialmente a oposição a, por exemplo, o comportamento homossexual ou outros vícios — porque a República Checa seria forçada a pagar uma quantia astronómica em multas se não a integrasse no sistema legal checo.

E temos muitos outros casos em que os Parlamentos nacionais apenas confirmam as directivas da União Europeia.

A União Europeia é uma falsa democracia

Pode o leitor lembrar-se de que alguns países comunistas se chamam a si mesmos democráticos, como a República Democrática Alemã ou a República Popular da Roménia ou da China. E todos sabemos que isso é uma mentira; não há nada democrático, não há preocupação nenhuma pelo povo em todos os países comunistas. E devo confessar que, infelizmente, o mesmo se aplica à União Europeia.

Só temos de reparar em como funciona a estrutura. A maior parte do poder da União Europeia está investida na Comissão Europeia, que compreende quase 25 mil empregados, que não são responsáveis perante ninguém cujo poder derive de eleições nacionais. A Comissão da União Europeia é a única instituição da União Europeia que detém a iniciativa legislativa. Portanto, quando geralmente dizemos “Parlamento”, nós associamos Parlamento a uma entidade que faz a lei. E não é este o caso do Parlamento Europeu.

As leis são elaboradas pela Comissão Europeia, que é este vasto corpo burocrático, em seguida são aprovadas ou votadas pelo Conselho de Ministros, e só então seguem para o Parlamento Europeu para aprovação.

Aqui está mais outra semelhança entre a União Europeia e o regime da União Soviética. Nos países comunistas *só um* partido político existia *de facto*: o Partido Comunista. Havia Estados que tinham mais partidos políticos, mas todos eles tinham que aceitar os princípios fundamentais do regime marxista.

O mesmo é verdade em relação ao Parlamento Europeu. Pode-se ser eleito para o Parlamento Europeu numa plataforma anti-europeia, como foi o caso de Nigel Farage. Mas, de acordo com os procedimentos do Parlamento Europeu, não se poderá formar um grupo parlamentar, não se receberá qualquer apoio financeiro, não se terá pessoal auxiliar, não se receberá qualquer ajuda para as suas actividades. E terá restrições especiais de tempo ao discursar no Parlamento Europeu.

“Um golpe de estado em câmara lenta”

Tal como a URSS, a União Europeia foi criada com pouco ou nenhum respeito pela transparência de procedimentos. Muito do que aconteceu no interior da União Europeia tem acontecido secretamente. No seu poderoso livro de denúncia, *O grande engano: A história secreta da União Europeia*, publicado em 2003 mas não traduzido para português, o jornalista britânico Christopher Booker e o Dr. Richard North (antigo investigador dentro da burocracia da União Europeia) descreveram correctamente a União Europeia como “um golpe de estado em câmara lenta. O golpe de estado mais espectacular da História”.

O Sr. Spaak, Primeiro-Ministro belga conhecido na União Europeia como ‘o Sr. Socialista’, foi o responsável por ter convencido os seus colegas, co-fundadores da União Europeia, de que a maneira mais eficiente de disfarçar o propósito político dos seus projectos era escondê-lo atrás da pretensão de que só se interessava pela cooperação económica, baseada no desmantelamento das barreiras comerciais (Mercado Comum, etc.) Os federalistas da União Europeia ocultam este processo revolucionário destrutivo com palavras de código como “integração,” “harmonização” e “convergência”. Na verdade, era tudo uma multidão de mentiras. Os fundadores da União Europeia e os seus sucessores têm avançado com o que não é nada menos do que um esquema descarado de traição, apresentado como uma política de intercâmbio económico.

Escondendo a verdade aos cidadãos

Mas o objectivo era mais do que criar um Estado único europeu, porque os que o favoreciam sabiam muito bem que os povos da Europa nunca o aceitariam. Nunca se privariam de boa vontade das suas liberdades para se reduzirem apenas a uma província deste vasto Super-Estado europeu.

Por isso, conspiraram para esconder a verdade ao povo. O facto de o Mercado Comum ter sido, desde o início, simplesmente um meio para a integração política futura é também óbvio na actual crise do Euro; ou seja, quando analisamos a crise da moeda única da União Europeia.

A crise europeia

Uma unidade monetária verdadeira reflecte as realidades económicas e políticas, mas o Euro foi inventado para servir aspirações políticas. A moeda única foi um ícone da

inclusão e igualdade da União Europeia. Assim, um país como a Grécia, com um panorama económico, social e cultural profundamente diferente do da Alemanha ou da Dinamarca, por exemplo, foi tratado, por razões políticas, como a nação mais poupada e trabalhadora da terra, criando desequilíbrios e bolhas artificiais que estão a ameaçar a própria existência da Zona Euro ou, talvez, da própria União Europeia.

A União Europeia só tem agora duas opções. (1) Deixar que a Zona Euro se desintegre voltar ao conceito de uma Europa de nações livres; ou (2) usar a crise para controlar ainda mais os Estados-Membros, formando aquilo a que chamam um governo económico, um governo económico central para os países da Europa, com o poder de estabelecer uma política fiscal comum.

Creio que escolherão a segunda opção. Não consigo imaginar que deixem que o seu sonho se desfaça.

Uma “história” nova

Outra semelhança espantosa entre a União Soviética e a União Europeia é de natureza ideológica, e refere-se aos conceitos de nação e povo. Quando Nossa Senhora falou do aniquilamento de nações, pensamos em primeiro lugar, e com razão, na sua obliteração física. Mas essa expressão pode ter um significado secundário. Pode referir-se à centralização europeia dentro de um projecto ideológico chamado povo soviético, ou povo europeu.

Na antiga União Soviética, diziam aos cidadãos dos diversos países que deviam esquecer as suas identidades nacionais e étnicas anteriores. Diziam-lhes que deviam considerar-se membros do povo soviético, e não cidadãos da Ucrânia ou da Bielorrússia ou do Uzbequistão ou de qualquer outro estado. E é precisamente o que está a acontecer no Super-Estado da União Europeia.

A União Europeia está determinada a destruir as Nações-Estados, e a suprimir as identidades e fronteiras nacionais, de modo a passarmos a viver uma vida feliz na comunidade supranacional e sempre a progredir dos fiéis da União Europeia. Para lhes dar um dos exemplos mais recentes: Bruxelas quer que os Estados-Membros introduzam uma reforma curricular em todas as escolas da União Europeia sobre o ensino da História.

Em primeiro lugar, querem que haja uma nova disciplina de “História da União Europeia”, a ser ensinada em todas as escolas públicas de todos os Estados-Membros.

Também propõem um livro de texto ‘nacional’, com traduções individuais nas várias línguas dos Estados-Membros da União Europeia, que apresentaria a História de toda a Europa segundo a perspectiva da União Europeia. A União Europeia é, assim, apresentada como sendo o clímax de toda a História da Europa.